

CONGRESSO
OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES
20 ANOS
AS METRÓPOLES E O DIREITO À CIDADE:
DILEMAS, DESAFIOS E ESPERANÇAS



ANAIAS

EIXO 1 TERRITÓRIO
SESSÃO 1.1 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

Realização:



20 ANOS **OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**
1998 | 2018 Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia



IPPUR
Instituto de Pesquisa
e Planejamento Urbano e Regional

Apoio:



inct
institutos nacionais
de ciência e tecnologia



CAPES



CNPq

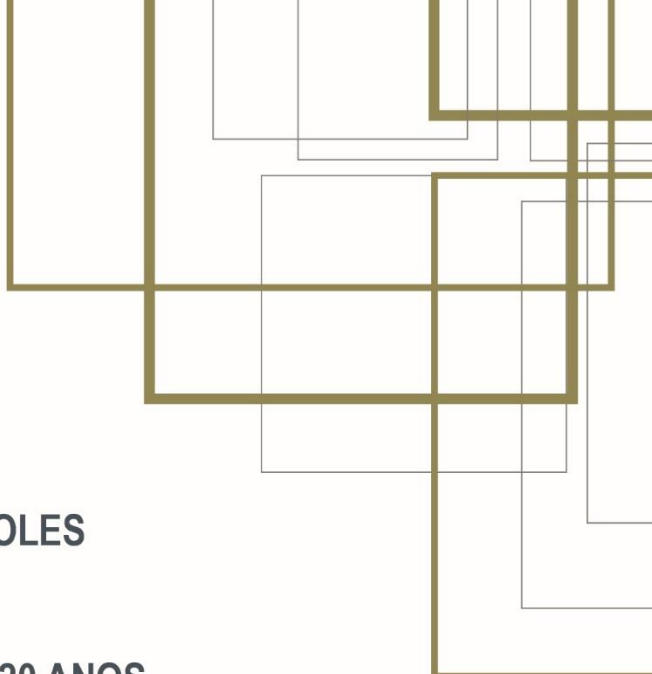


FAPERJ



**FORD
FOUNDATION**

UNIÃO
NACIONAL POR
MORADIA
POPULAR



INCT OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES

Congresso

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES 20 ANOS

As Metrôpoles e o Direito à Cidade:
Dilemas, Desafios e Esperanças

03 a 07 de dezembro de 2018

ANAIIS

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional | **IPPUR-UFRJ**

Rio de Janeiro | **RJ**

Ano de Publicação **2019**

1ª Edição

C794

Congresso Observatório das Metrôpoles 20 Anos. As metrôpoles e o direito à cidade: dilemas, desafios e esperanças (l. : 2018 : Rio de Janeiro, RJ)

Anais do Congresso Observatório das Metrôpoles 20 Anos. As metrôpoles e o direito à cidade: dilemas, desafios e esperanças / Organizadores: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro et al - Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional / Observatório das Metrôpoles, 2019.

3197p. : il. ; 21x29cm

ISBN: 978-85-86136-12-2

1. Planejamento Urbano (Congresso). 2. Planejamento Regional (Congresso). 3. Políticas Públicas (Congresso). 4. Pesquisa (Congresso). I. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. II. Observatório das Metrôpoles. III. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. IV. Universidade Federal do Rio de Janeiro. V. Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia. VI. Título.



20
ANOS
1998 | 2018

**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

EIXO 1 TERRITÓRIO

SESSÃO 1.1 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

O QUE UNE O CENTRO E A PERIFERIA? REFLEXÕES SOBRE PORTO ALEGRE, RIO GRANDE DO SUL E SÃO FRANCISCO, CALIFÓRNIA

Maurício Polidoro

Instituto Federal do Rio Grande do Sul
mauricio.polidoro@gmail.com

Adrienne Rosenna Hall

San Francisco State University
adriennehall8@gmail.com

Daniel Canavese

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
daniel.canavese@gmail.com

p. 635



INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2018 os pesquisadores e pesquisadoras do grupo Saúde, Ambiente e Desenvolvimento (SAD) realizaram uma residência de quinze dias na cidade de São Francisco e em Los Angeles no intuito de buscar as exitosas experiências da Califórnia nas políticas públicas e parcerias público-privadas dedicadas à população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais daquele país. Chamou atenção, entretanto, o viés racializado dos acessos aos serviços dedicados à esta população, assim como as narrativas produzidas pelo ativismo social local, a exemplo do *Black Lives Matter* e do grupo *Anti-Eviction Mapping Project* (AEMP) sobre a epidemia de evicções (Maharawal, 2017, p. 341) em curso na costa oeste. Na oportunidade da visita em São Francisco, o encontro com as ativistas do AEMP possibilitou uma melhor aproximação e reflexão das desigualdades existentes em um dos estados mais ricos da América que, embora internacionalmente famoso pela inclusão e discursos pró-minorias, logo verificou-se que, igualmente, resguardava os efeitos perversos da lógica racial global vigente.

Assim, em julho de 2018, foi realizado um encontro entre o AEMP e pesquisadores(as) do SAD no bairro Restinga, na periferia de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, cujo título “*O que une o centro e a periferia? Capitalismo racial, saúde e moradia na periferia e no centro do mundo*” buscou dialogar, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, as características de Porto Alegre e São Francisco na dinâmica de estruturação das desigualdades globais racializadas. Naquela oportunidade, foi bem-sucedida a experiência de pensar como historicamente como o Estado, articulado com agentes do capitalismo racial, (re)organiza e agencia o espaço urbano e regional à luz da despossessão e da violência perpetrada contra as pessoas de cor.

É neste cenário que o texto se apresenta. Ainda que estejamos cientes que o capitalismo realmente existente no Brasil e nos Estados Unidos seja bastante diferente, argumentamos que a lógica da *plantation*, do urbidio, da fraude, da despossessão, da exploração, do estupro e, em última instância, da morte, opera em diferentes períodos históricos e se utiliza de diferentes (as vezes convergentes) mecanismos de perpetuação das inequidades. Embora São Francisco se posicione em condição estratégica no sistema-mundo do capitalismo, bem como resguarda um desenvolvimento econômico e urbano distinto de Porto Alegre, argumentamos neste ensaio que a lógica comum que une ambas as metrópoles é a violência e, do mesmo modo, as resistências. Para elucidar o argumento dividimos o texto em três partes: primeiro, defendemos que a *plantation*, à luz do capitalismo racial, imprimiu a forma e o conteúdo ao espaço geográfico de ambas cidades que, guiadas por uma urbanização racista e eurocentrada, tem historicamente renegado à população não-branca um sentimento de lugar. Por outro, os movimentos de resistência frente a tal germe racista tem protagonizado eventos importantes, sobretudo nos últimos anos, com o avanço do neoliberalismo racial.

Na segunda parte defendemos que a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos e de Jair Bolsonaro, no Brasil, representam uma revanche branca (*whitelash*) frente às tímidas políticas de Estado de bem-estar promovidas por Barack Obama, nos



Estados Unidos, e pelo Partido dos Trabalhadores no Brasil já que, como observaremos, os discursos e os usos simbólicos do poder entre ambos presidentes possuem alvos específicos: minorias não-brancas, mulheres e LGBT. Com a consolidação da neoliberalização, os inescrupulosos agentes do capital do Vale do Silício, em aliança com o capital financeirizado internacional, tem manipulado o comportamento das populações produzindo uma lógica neuroliberal (WHITEHEAD, JONES, LILLEY, HOWELL, PYKETT, 2018, p. 2) que tem minado as democracias, fenômeno interpretado pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos como Fraude 2.0 (em referência ao Tech Boom 2.0). Na última parte, discutimos sobre a necessidade de desconstruir a hegemonia da supremacia branca e do diálogo entre os saberes, o fim do epistemicídio como estratégia de iniciarmos a construção de possibilidades de uma urbanização antirracista.

PLANTATION, CAPITALISMO RACIAL E A URBANIZAÇÃO RACISTA: PORTO ALEGRE, BRASIL E SÃO FRANCISCO, CALIFÓRNIA

Na manhã do dia 12 de novembro de 2018, por decisão judicial, a Brigada Militar do Rio Grande do Sul chegou ao Quilombo Lemos, em Porto Alegre, para cumprir uma decisão judicial de última instância que, após anos de impasse, culminou em decisão favorável ao Asilo Padre Cacique, em detrimento do pedido de uma família de quilombolas que dividiam o terreno com o serviço de saúde privado. Desde os anos de 1960, o patriarca e a matriarca da Família Lemos dedicavam-se aos serviços gerais do Asilo, localizado em posição privilegiada na capital do estado do Rio Grande do Sul, ao lado do Estádio do Internacional, palco recente da Copa do Mundo da FIFA e da recém inaugurada Orla do Rio Guaíba, atualmente administrada pela empresa do Vale do Silício Uber e a menos de 1km de um novo megaempreendimento imobiliário de alto padrão às margens do mesmo rio, o Pontal, da incorporadora Melnick Even (figura 1). Após a morte dos funcionários do Asilo, os advogados foram acionados para a desocupação das casas de madeira, atualmente habitadas pelos descendentes dos escravizados.

p. 637

Figura 1 - Mapa de contexto do Quilombo Lemos, às margens do Rio Guaíba, em Porto Alegre.



Organização do mapa: Maurício Polidoro (2018).

Como nos recorda McKittrick (2011, p. 1470), um sentimento negro de lugar demanda uma atenção dedicada ao longo percurso e as ligações existentes entre a negritude e a geografia de forma a sublinhar como a violência material, simbólica e epistêmica tem forjado padrões estruturais de ameaça, despossessão, ameaça, coerção e morte de grupos racializados. Estas ligações, que não são exclusivas do histórico colonial do Brasil mas remete a construção da América pós-1492, faz pulular questões ainda carentes de respostas e aprofundamentos teóricos e empíricos sobre as maneiras que os precedentes históricos anti-negros tem delineado o espaço geográfico. A constituição de uma ordem racial global amparada na supremacia branca requer uma leitura próxima das desigualdades existentes para além das condições econômicas, constituindo uma urgência a revelação do papel da raça, do gênero e da orientação sexual na manutenção desta ordem colonial global.

Neste sentido, ainda que não seja o escopo deste texto elucidar ou questionar as variáveis jurídico-legais que envolvem o caso do Quilombo Lemos, cabe enquadrar este episódio na conformação de um processo histórico-político-econômico-cultural-espacial que, forjado na colonialidade, tem destituído, desde 1492, a possibilidade de construção de um sentimento de lugar para as populações não-brancas. Concordamos, assim, com Aníbal Quijano ao dimensionar o padrão de poder mundial como uma articulação entre

[...] 1) a colonialidade do poder, isto é, a ideia de “raça” como fundamento padrão universal de classificação social básica e de dominação social; 2) o capitalismo, como padrão universal de exploração social; 3) o Estado como forma central universal de controle da autoridade coletiva e o moderno Estado-nação como sua variante hegemônica; 4) o eurocentrismo como forma hegemônica de controle da subjetividade/intersubjetividade, em particular no modo de produzir conhecimento. (grifo nosso) (Quijano, 2002, p.4)



A colonialidade, por sua vez, deve ser entendida como um resíduo irreduzível da nossa formação social, sendo constitutiva da ideia de modernidade e não deve ser encarada como um fato histórico e isolado, mas uma dimensão característica da nossa própria forma de viver a modernidade (CRUZ, 2017, p. 24). Trata-se de uma lógica global de desumanização capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 36). Uma das principais estratégias de manutenção da colonialidade é o universalismo abstrato que, a partir da concepção de um mundo eurocêntrico, branco, masculino, patriarcal e heteronormativo, faz reger os corpos, as comunidades, as cidades, as regiões, as nações e o mundo pela imposição de uma epistemologia única amparada na hierarquização gradativa do mais primitivo (não-branco) ao mais civilizado (europeu-branco), sendo a violência *modus operandi* e primordial deste processo. O controle do sexo, da identidade de gênero e da orientação sexual, a partir da raça, são mecanismos fundamentais para a imposição de uma ordem capaz de proporcionar, ininterruptamente, a acumulação do capital.

Este cenário constitutivo da nossa “modernidade” está enraizado no tráfico negreiro transatlântico e remete ao que a História nomeou de “Descobrimientos”. A criação da raça como forma de escravizar populações foi condição *sine qua non* para a acumulação capitalista e, neste sentido, concordamos com autores negros radicais como Cedric Robinson e William Edward Burghardt (W.E.B.) Du Bois que o capitalismo pode ser entendido apenas como *capitalismo racial*. A *plantation*, como indica McKttrick (2012, p. 949), serve como um *locus* geográfico elucidativo (mas não o único) na compreensão de como a violência racial se desdobra através dos corpos no tempo e no espaço. A brutalidade impressa pela organização econômica, social e espacial da *plantation* que perdurou durante mais de três séculos nas Américas bifurca na atualidade em múltiplas manifestações de violências raciais, operadas num sistema da supremacia branca que engendra complexas relações materiais e simbólicas. A partir da leitura de Christian (2008, p. 5) propomos uma aproximação desta imposição histórica no esquema apresentado na figura 2.

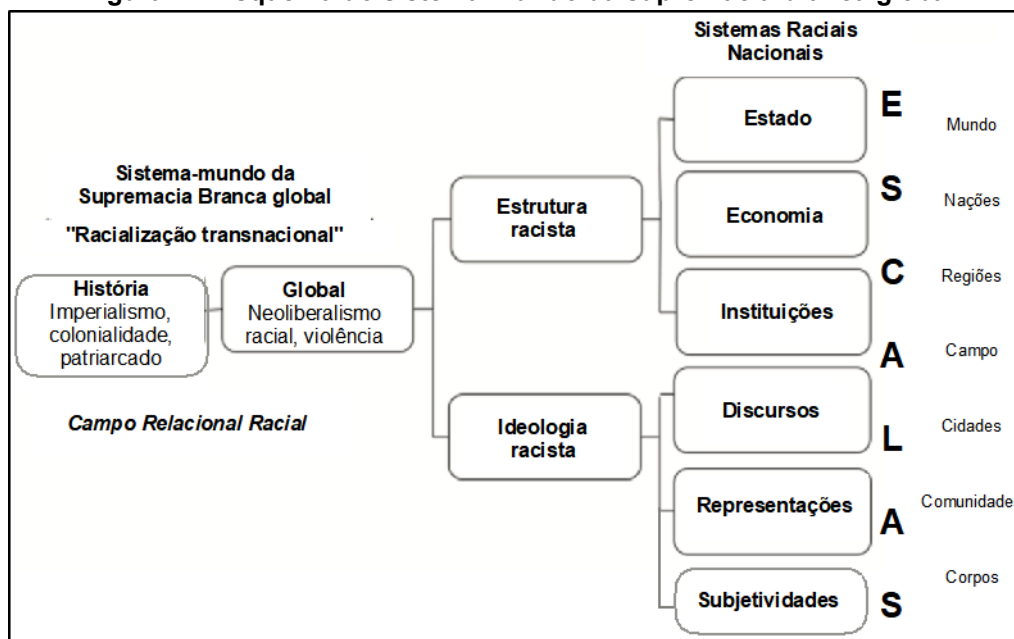
p. 639

O esquema da ordem racial global da supremacia branca indica que a leitura das desigualdades de uma determinada sociedade não podem ser completamente compreendidas insularmente, mas sim no contexto de uma lógica e estrutura que se apoia na hierarquia racial global do sistema-mundo em que a colonialidade do poder, o capitalismo racial, o Estado e o eurocentrismo desempenham papéis ativos na conservação destas inequidades. O racismo se apresenta como um princípio constitutivo que organiza todas as relações de dominação, desde a divisão internacional do trabalho até as hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero e religiosas (BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES, GROSGOUEL, 2018, p. 11).

Para David Harvey, em *New Imperialism*, a acumulação primitiva é um processo contínuo e inerente ao desenvolvimento do sistema capitalista enquanto Lencioni (2012, s.n.) defende que a acumulação primitiva refere-se a um primeiro momento – de produção do capital – enquanto a acumulação por despossessão remete ao segundo momento, o de reprodução. A despossessão, segundo a geógrafa, é o ato de privar alguém de algo que lhe pertence ou a que tem direito por meio de fraude ou violência. Esta violência, germinada na concepção de modernidade colonial e no tráfico transatlântico forjou o surgimento dos Estados-nações na África e nas Américas,

imprimindo a estrutura do tecido político, social, econômico, cultural e espacial e dominou sujeitos e subjetividades pela exploração, pela expropriação, pelo extermínio e pela naturalização da morte, da tortura e do estupro. Historicamente, os povos originários, os escravizados, as mulheres, as pessoas com deficiências e os LGBT de cor, em larga medida, são sujeitos na mira de *snipers* legais e extralegais.

Figura 2 – Esquema do sistema-mundo da supremacia branca global



Elaborado pelos Autores (2018) a partir de Christian (2018).

Neste quadro teórico, concebemos o capitalismo racial como um sistema no qual os princípios se amparam na violência, no racismo, no colonialismo e no imperialismo. Para Clarno (2017, p. 9) a violência do capitalismo racial relaciona-se à exploração laboral pela escravidão, pela servidão, pela peonagem, pela exploração com baixos salários e que não se constituem como aberrações, mas sim recursos integrativos e inerentes ao modo de produção capitalista. Como Bonds (2018, p. 4) nos indica, o desenvolvimento desequilibrado do capitalismo nos lugares é, sem dúvida, um processo racializado de (des)valorização e (des)acumulação que depende da violência racializada institucional-estatal ou não.

Melamed (2015, p. 77) revela que o capital é apenas capital quando está acumulando e pode apenas acumular através da estruturação de relações desiguais entre os grupos humanos, implicando a indissociabilidade da racialização e o desenvolvimento do capitalismo, já que historicamente o processo de acumulação capitalista se dá através da escravidão, do colonialismo, do genocídio, do encarceramento e da exploração. São estes pilares que, invariavelmente, se articulam em múltiplas escalas e forjam as relações sociais num complexo processo que imbrica o corpo, as cidades e os campos, as regiões e os países na égide do imperialismo racial.

A constituições de geografias à luz da raça como vetores no processo de formação do tecido espacial tem, historicamente, encontrado nas cidades e, sobretudo, nas metrópoles, palco singular de despossessão e acumulação do capital. O urbanismo eurocêntrico, com modelos de cidades e regiões importados de contextos



majoritariamente anglo-francófonos levou a violência pós-colonial a um outro nível e, mesmo aquelas localidades que não se constituíram como economias escravagistas, germinaram a colonialidade como *práxis* fundante-operante, a partir da violência e das diásporas das populações e descendentes de africanos. Reservadas as trajetórias históricas de constituição da hegemonia do sistema de supremacia branca, neste texto defendemos que, a partir da analítica teórica apontada, o processo de urbanização e de organização material e simbólica das práticas sociais e espaciais dos sujeitos e grupos sociais em São Francisco, nos Estados Unidos e em Porto Alegre, no Brasil, possuem marcadores de união que merecem dedicação para a sua compreensão.

Embora o regime da escravidão tenha chegado ao fim em 1865 nos Estados Unidos, ou seja, quase 20 anos antes do Brasil, o último país da América a abolir a mão-de-obra escrava, o histórico colonial, primeiramente ligado à colonização espanhola e as missões jesuíticas e, posteriormente, com os conflitos político-territoriais envolvendo a separação com México (que culminou na criação do estado da Califórnia em 1850) em que o genocídio dos povos originários se deu de maneira estrondosa, é perceptível a onipresença do *modus operandi* colonial. Como observaram Field, Leventhal e Cambra sobre a Califórnia

[...] two main thrusts defined the unfolding of the American colonial project: on the one hand, the overwhelmingly unstoppable drive toward resource extraction ... and on the other, what Tomas Almaguer described as the institutionalization of white supremacy as the 'central organizing principle' during and since the formation of the state of California. (grifo nosso) (FIELD, LEVENTHAL E CAMBRA, 2013, p. 8)

p. 641

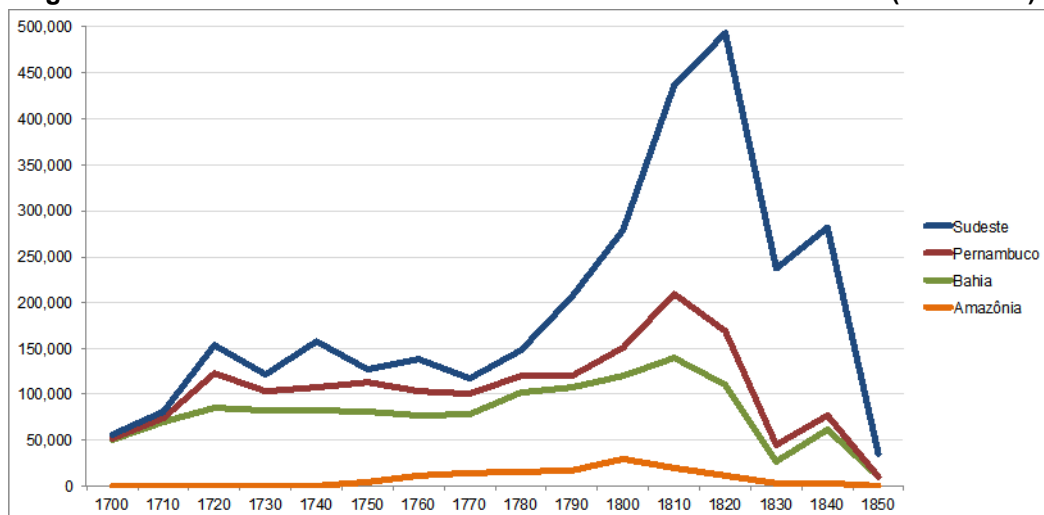
O momento afrodiaspórico enfrentado pela população de ex-escravizados no Sul dos Estados Unidos a partir do fim da escravidão em direção à Califórnia carregou consigo a colonialidade intrínseca que, com o avanço do capitalismo racial globalizado, suplantou a lógica colonial como uníssona estratégia de acumulação. A transnacionalização racial fez imprimir estruturas racistas e ideológicas cujo alvo primeiro tornou-se a população não-branca e, ainda que a Califórnia, quando anexada aos Estados Unidos, seja considerada uma região livre da escravização no país, é importante ressaltar que a sua história quando pertencente ao domínio espanhol e mexicano foi marcada, no primeiro momento, pela escravização indígena e, posteriormente, dos africanos (BEASLEY, 1918, p. 33) e colabora hoje com a manutenção do sistema-mundo da supremacia branca.

No Brasil, segundo os dados sistematizados e publicizados pela Universidade de Emory no projeto "*The Trans-Atlantic Slave Trade Database: Voyages*" mais de cinco milhões de africanos foram trazidos para a manutenção da economia colonial. O desembarque de africanos escravizados nos portos do Brasil de 1700 a 1850 correspondeu, segundo o referido estudo, a quase um terço do tráfico de africanos, indicando o aumento substantivo do tráfico transatlântico a partir do século XIX, momento de importante acumulação de capital promovido pela expropriação de recursos naturais (como ocorrido nas Minas Gerais) ou de pleno desenvolvimento da *plantation* (sobretudo o café e a cana-de-açúcar).

A magnitude da contribuição dos escravizados na formação da economia política de países colonizados moldou as geografias e ditou lógicas de estruturação dos

espaços urbanos-metropolitanos e regionais. Em diferentes proporções, tanto o Brasil como os Estados Unidos tem incutido nas configurações espaciais a variável racial de maneira bastante ativa. A urbanização e a industrialização das metrópoles, como São Francisco e Porto Alegre possuem, nesta perspectiva, similaridades que podem proporcionar reflexões sobre o que une o centro e a periferia no sistema-mundo da supremacia branca.

Figura 3 - Total de africanos escravizados desembarcados no Brasil (1700-1850).



Fonte: Universidade de Emory - "The Trans-Atlantic Slave Trade Database: Voyages"

A urbanização racista de Porto Alegre, Brasil

O desenvolvimento urbano de Porto Alegre se despontou sobremaneira a partir do segunda década do século XX, no contexto do aumento demográfico e da industrialização, embora, ainda no final do século XIX, importantes ações do Estado germinaram a lógica racista de ocupação do espaço urbano e ditou algumas das ordens que foram, ao longo do século XX, moldando a economia política da segregação e da gentrificação da metrópole. O rearranjo econômico promovido pelo fim da era colonial e a crise da produção da charque no Rio Grande do Sul fez intensificar o fluxo migratório para a capital gaúcha, já no contexto da primeira República do Brasil. Strohaecker (2005, s/p) analisa a atuação do poder público e privado no mercado de terras em Porto Alegre e afirma que no último quartel do século XIX a chegada de inovações tecnológicas como telégrafo, bonde à tração animal, estrada de ferro, iluminação a gás, rede de abastecimento de água e o serviço telefônico foram primordiais para consolidar o discurso de modernização, pautado na reprodução do capital privado.

Com a ditadura de Getúlio Vargas, a violência permanece como estratégia, no período pós-colonial, na definição das regras de funcionamento da sociedade e proporcionou terreno fértil para a nova fase de acumulação capitalista no Brasil, que passou a não mais subordinar-se exclusivamente à Portugal e a Inglaterra. A abertura das relações comerciais e econômicas possibilitou um endividamento mais amplo e oficializou a lógica econômica liberal na urbanização de Porto Alegre. O mercado de terras, concentrado em algumas famílias, corroborou com a consolidação do poder de oligarquias locais, que passaram a ser proprietárias de grandes terrenos, onde hoje



encontram-se bairros de alta renda, em detrimento de políticas de inclusão e acesso de pobres e ex-escravizados, culminando na primazia da urbanização racista.

Os grandes projetos urbanos de qualificação e reestruturação, intensificados a partir da década de 1950, levaram a políticas sistemáticas de ameaça, expulsão e despossessão de grupos sociais racializados em Porto Alegre. As inúmeras ocupações chamadas de “malocas” foram, a partir de 1950, amplamente removidas e passaram a dar espaço a “modernização” e “higienização” da capital, através de obras viárias, instalação de infraestrutura e de projetos urbanísticos. O endossamento de um discurso racista, no contexto das políticas de branqueamento nacionais, vistas na época como a única forma de “salvação nacional”, respaldaram as ações de isolamento de grupos sociais majoritariamente de cor que, removidos da área central, passaram a habitar localidades ambientalmente vulneráveis nas periferias, ausentes de qualquer resquício de um projeto verdadeiro de urbanização. A falta de informações, entretanto, impossibilita a reconstrução cartográfica deste processo, já que o censo demográfico realizado pelo IBGE foi, ao longo do século XX, variando as metodologias e escalas de levantamento das características de raça da população, reflexo da trajetória do discurso nacional hegemônico da democracia racial. A farsa da existência de uma convivência harmônica entre brancos e não-brancos pautou, por quase um século, tanto as políticas de Estado como a produção acadêmica, instituindo uma *colorblindness* e um epistemicídio que prevalece no Brasil.

p. 643

Assim, uma das maneiras de resgatar a história da urbanização racista de Porto Alegre é através das narrativas de ex-residentes de bairros hoje predominantemente brancos e ricos. Uma contribuição relevante neste sentido é o trabalho das geógrafas Nola Patrícia Gamalho e Álvaro Heidrich (2008) que produziram um resgate histórico-geográfico das antigas malocas de Porto Alegre que culminaram no surgimento, na década de 1970, do bairro Restinga, no extremo Sul da capital e que trazem à tona a violência como elemento ininterrupto na produção material do espaço e regente das relações sociais.

Durante o mês de agosto de 2018, conduzimos uma série de entrevistas com ex-moradores dos atuais bairros MontSerrat e Auxiliadora que denunciaram as violentas estratégias adotadas pelo Estado e pelos incorporadores imobiliários como formas de expulsão das famílias pobres e negras a partir dos anos de 1960. A modernidade, na perspectiva eurocêntrica, demandou a eliminação de aspectos considerados “primitivos” das relações sociais e das configurações espaciais, ou seja, estabeleceu como a única forma possível e aceita de sociabilidade na moderna Porto Alegre a da residência unifamiliar, branca, de classe média, onde as regras de funcionamento dos espaços público e privado passaram a ser regidas de forma uníssona. Neste sentido, são inúmeros os relatos de opressão policial as manifestações culturais em espaços como bares ou nas próprias ruas dos bairros que, em 1960, passaram a ser intensificadas com abordagens policiais agressivas. O assédio de agentes imobiliários para a compra de terrenos e imóveis, muitos compartilhados entre famílias, também são registros dos mecanismos adotados pelo capital para a transformação urbana de Porto Alegre junto com relatos da mídia local representando as formas de vida das pessoas não-brancas como inferiores e os riscos eminentes ao projeto modernizador. Como o historiador Marcus Vinicius de Freitas Rosa coloca em sua tese de doutorado:



[...] uma longa série de péssimos predicados, como “falhas de caráter”, “indolência”, “preguiça”, “sujeira” e “baderna”, foi enunciada por viajantes, cronistas, memorialistas, jornalistas, autoridades políticas e policiais como formas de desclassificação e depreciação que tomaram por alvo central a população negra da cidade. Foi por meio da noção de raça que gente de pele escura recebeu diversos estigmas e foi associada aos lugares sociais inferiores, às profissões subalternas, ao alcoolismo, à sexualidade desenfreada, aos locais de moradia insalubres e perigosos. Muitas dessas representações, especialmente as que caracterizavam criminalidade, tentavam fazer crer que os locais de moradia dos negros – como a Colônia Africana [onde atualmente localizam-se os bairros brancos e ricos de Bela Vista, Bom Fim e Independência e a Cidade Baixa – eram um “antro de bandidos”. (ROSA, 2014, p. 218).

A Senhora Rosângela¹⁴⁶, uma mulher negra que nasceu na década de 1940 na Rua Anita Garibaldi com a Rua Silva Jardim, um dos locais mais valorizados da cidade de Porto Alegre, relata sobre a presença da população negra nestes bairros e a miscigenação, herança da violência colonial:

[...] a maioria eram negros no [bairro] MontSerrat e muitos alemães [...] ali na região da Independência [Avenida Independência] eram só negros [...] os alemães produziam leite e carne pra venda ali mesmo [...] tinha até a história de um alemão, médico, que a mulher dele morreu e ele se casou com a empregada, os filhos ficaram adoidados, tem muita história [...] (Entrevista de Rosângela em agosto 2018)

p. 644

Um outro entrevistado, o Senhor Ramiro, homem negro que também nasceu no mesmo bairro (figura 4) e relembra a característica coletiva de organização espacial das residências da Auxiliadora e do MontSerrat. Recorda ainda da violência policial, afirmando que a presença dos agentes de segurança do Estado eram frequentes e que:

[...] antes tinha briga de qualquer coisa, briga de cachaça, o cara ia pro boteco almoçar, tomava uma cerveja ou outra ou duas e já fechava o pau, soco [...] tinha bastante polícia, mas a pessoa apanhava mesmo da polícia quando era levada para a delegacia, lá o pau pegava. Eu tinha um primo que, graças a Deus morreu, o único ladrão, o ladrãozinho, não ladrão de firma, de coisa grande, roubava, o Inspetor, que era chefe de polícia, jurou ele... falou, negão, se você cair de novo na minha mão, eu vou te matar rapá... e não é que passou dois ou três meses ele roubou um tanque de lavar roupa e, casualmente, quem tava de plantão era o negão esse, o tio Zuza era apelido dele, gostava de pegar ladrão, deu duas surras, uma de manhã e outra de tarde, batia de corrente, só no pulmão, o cara começou a botar sangue pela boca, era banditismo, mas... também, os caras pediam para levar, eles não respeitavam ninguém, era assim, pau e pau. (Entrevista de Ramiro em agosto 2018).

¹⁴⁶ Alteramos os nomes dos(as) nossos(as) entrevistados(as) para fins de confidencialidade.

São inúmeros os relatos de agentes imobiliários que, através da coerção, adquiriram os terrenos com contratos firmados entre um ou dois membros das famílias que, ao tomarem conhecimento da despossessão, produziram rompimentos dos laços familiares e a morte prematura de patriarcas e matriarcas.

Figura 4 - Rua Eudoro Berlink, bairro MontSerrat, em Porto Alegre, rua da ex-residência do Senhor Ramiro. Na foto, empreendimento temporário de venda do condomínio Lucas by Yoo, uma joint-venture da Cyrela Goldsztein.



Foto: Maurício Polidoro (2018)

p. 645

O Senhor Ramiro, cujo terreno que dividia com os familiares foi vendido no final de 1960 pelo primo a um especulador em segredo, lembrou, na entrevista, que às vezes as abordagens se davam mais de uma vez por dia. A outra entrevistada, Rosângela, que deixou o bairro MontSerrat nos anos de 1970 quando vivia numa casa com amigos, afirma que, ainda hoje, na sua ex-residência que resiste a verticalização e a expansão imobiliária local, o assédio é diário. Os bairros, hoje altamente securitizados por sistemas eletrônicos de vigilância, por grupos de WhatsApp com contato direto e exclusivo com a polícia local e com forte presença de forças militares e de empresas de segurança, ainda possui moradias remanescentes do período da modernização racista. Durante a redação deste texto, uma das casas em que Rosângela havia vivido, nos idos de 1950, foram demolidas pela incorporadora Melnick Even, dando espaço a uma nova aproximação de investidores em potencial, calcada na alteração da paisagem com projetos urbanísticos e oferta de “comes e bebes” aos finais de semana.

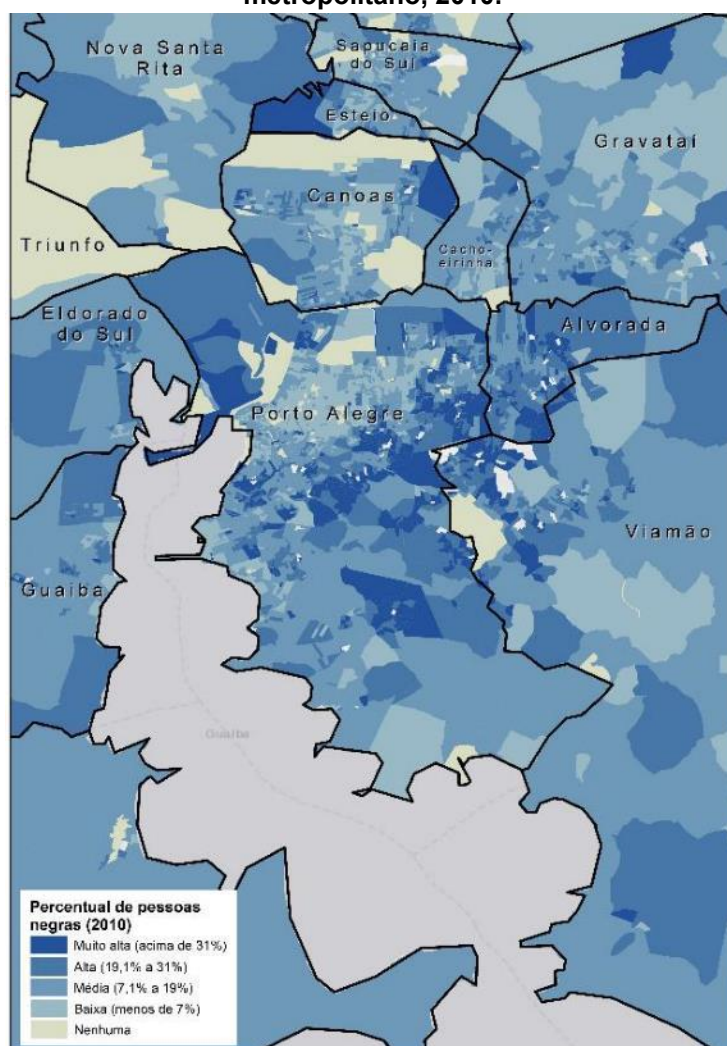
A racionalidade racista da urbanização, promovida por alianças escusas entre o Estado e os agentes do capitalismo racial, possibilita a compreensão da distribuição da população negra em Porto Alegre (figura 6). Como relatado pelo documento produzido pelo IPEA (2017) “Desenvolvimento humano para além das médias”, a segregação racial em Porto Alegre se destaca no contexto brasileiro, não apenas pela mobilização histórica na promoção da política econômica da gentrificação, mas também pela construção de um discurso racista que, na égide da democracia racial e das políticas de branqueamento, materializou intersubjetividades em que a supremacia branca permanece quase inquestionada.

Figura 5 – Área residencial na Rua Artur Rocha, no bairro MontSerrat, em Porto Alegre antes e depois da demolição das casas de madeira (agora pertencente a incorporadora Melnick Even).



Fotos: Maurício Polidoro (2018).

Figure 6 - Percentual de pessoas negras (pretos e pardos) em Porto Alegre e entorno metropolitano, 2010.



Organização do mapa: Maurício Polidoro (2010) a partir de IBGE (2010)

p. 646



A urbanização racista de São Francisco, Estados Unidos

A cidade de São Francisco, na Califórnia, é internacionalmente conhecida pelas lutas de resistência contra a epidemia do HIV/AIDS, do direito das lésbicas, gays, bissexuais e transexuais e, mais recentemente, como epicentro das importantes manifestações de movimentos sociais como *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam). Além disso, é no Vale do Silício, a 62km em direção à sudoeste da metrópole que o Tech Boom 2.0, o segundo mais importante momento do desenvolvimento tecnológico da informação, germinou as mais significativas transformações da vida moderna. São as invenções da gigante da tecnologia Apple com o McIntosh, dos poderosos algoritmos e conjunto de *hardwares* e *softwares* da Google e, antes disso, do desenvolvimento de maquinário da IBM que abriram precedentes para mudanças significativas na forma de produção, acumulação e de relações de trabalho, a exemplo do advento e reflexos das operações da Uber.

No contexto da história norteamericana, São Francisco, no final do século XIX, despontava como importante polo econômico devido a Era do Ouro. A despossessão de indígenas como os Muwekma Ohlones na área da baía foi essencial para a exploração da mão-de-obra chinesa e, posteriormente, de negros oriundos de antigos territórios escravocratas do Sul dos Estados Unidos. A acumulação primitiva através da expropriação dos recursos naturais da costa oeste possibilitou, no segundo momento, a industrialização que, a partir da Primeira Guerra Mundial, transformou a região num *hub* industrial do ramo alimentício liderado pelo açúcar, enlatamento, madeira e produtos de madeira, metais, couro, vestuário, têxteis, calçados e charutos. Também a indústria local se diversificou, criando centenas de produtos intermediários e finais vendidos nos Estados Unidos e no exterior (Walker, 2001, p. 38). Esta dinâmica de industrialização se manteve bastante intensa durante, aproximadamente, o período de 1870 até 1910, quando do momento da reestruturação produtiva e da própria paisagem, além das transformações na estrutura e tecido urbanos a partir da segunda década do século XX (Walker, 2001, p. 38).

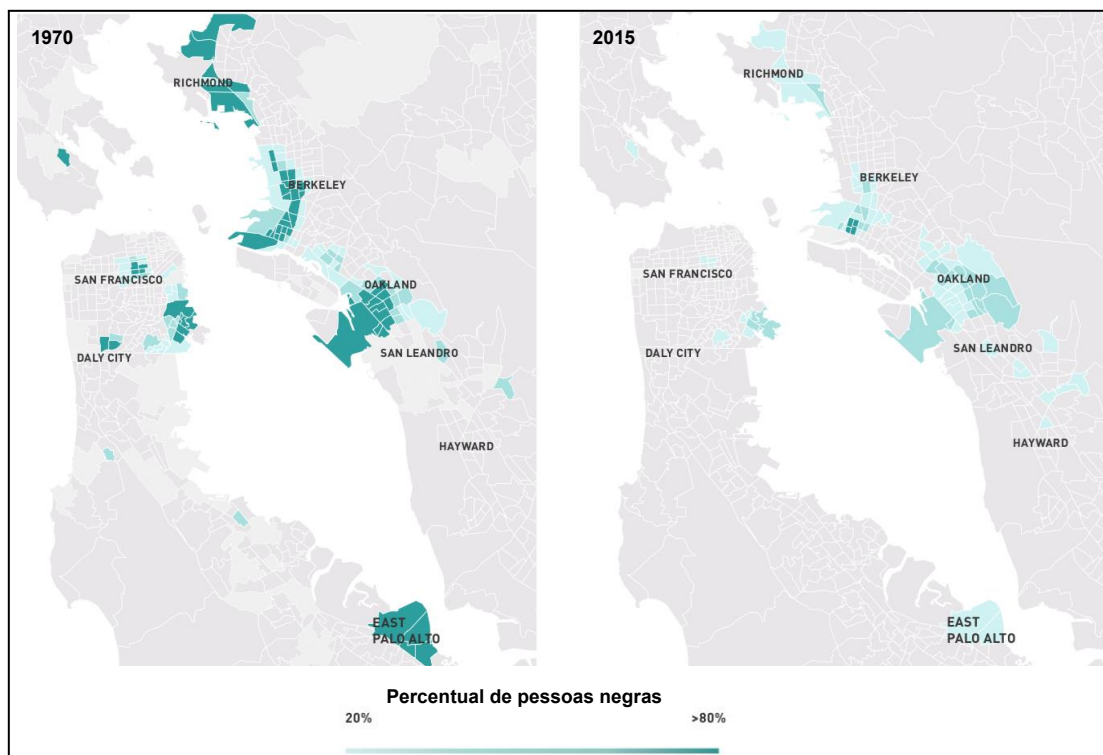
McElroy (2017, p. 4) narra as transformações durante Segunda Guerra Mundial na região de São Francisco com a instalação da infraestrutura no Vale do Silício. Segundo a autora, os Estados Unidos passaram a empregar na região cientistas e psicólogos (sobretudo em Stanford) com o intuito de estudarem as possibilidades de disseminação global da mentalidade democrática na criação de uma nova concepção de humanismo universal. McElroy (2017, p. 4) menciona os anseios dos teóricos da Universidade de Columbia e do MIT sobre as futuras interações humano-máquina em sociedades cuja aliança de ciência e tecnologia, através da cibernética, promoveria a total liberdade dos indivíduos em contraposição ao eminente risco do comunismo. O medo do comunismo e a proliferação da paranóia de possíveis ataques atômicos soviéticos tiveram importância expressiva na suburbanização da classe média branca, refletida no surgimento de subúrbios e da ocupação da área central, previamente industrial, por grupos populacionais compostos por negros, por latinos e por asiáticos em São Francisco.

Com a crise econômica e urbana que atingiu os Estados Unidos na década de 1960, os desinvestimentos e a degeneração dos espaços urbanos nos subúrbios deram

p. 647

fôlego à projetos de revitalização das áreas centrais e a organização regional de São Francisco se intensificou. As obras que levaram a expressivas mudanças no distrito central a partir de 1970 foram acompanhadas da expropriação de população negra, a exemplo do Distrito de Fillmore, considerado o “Harlem do Oeste” (MAHARAWAL, 2017, p. 342). Os bairros degradados, como BayView Hunters Point, na porção sudeste, que anteriormente abrigava entreposto de material bélico na Segunda Guerra Mundial, passou a ser o ponto de concentração de imigrantes e pessoas negras, em que pese a existência de graves injustiças ambientais (PORTO, 2012, p. 24). A figura 7 indica o percentual de afroamericanos residentes em São Francisco, por setores censitários, em 1970 e em 2015.

Figura 7 - Percentual de pessoas negras (afroamericanos) na Baía de São Francisco, 1970 e 2015.



p. 648

Adaptado de: Anti-Eviction Mapping Project (AEMP)

DO TECH BOOM 2.0 A FRAUDE 2.0 (OU DO TRUMPISMO AO BOLSONARISMO)

As eleições presidenciais de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016, de Jair Bolsonaro no Brasil em 2018 e a saída do Reino Unido da União Europeia (*British exit = Brexit*) em 2016 representaram um importante realinhamento da ordem racial global. Os discursos insuflados contra pessoas não-brancas (pobres, imigrantes, negros, latinos, asiáticos, judeus e LGBT em larga medida) na era do Tech Boom 2.0 encontraram terreno fértil de disseminação da paranóia através das redes sociais, operadas a partir dos algoritmos do Vale do Silício. Para Inwood (2018, p. 8) o salário



psicológico¹⁴⁷ da branquitude é vital para entender como os políticos podem tirar proveito da ansiedade nas comunidades brancas para animar respostas políticas que se cruzam com as realidades da raça e da supremacia branca. O neoliberalismo se coloca, neste sentido, como uma racionalidade governamental essencial para a criação do “cidadão neurótico” e envolve de forma orquestrada a tentativa de uma governabilidade pela neurose (WHITEHEAD, JONES, LILLEY, HOWELL, PYKETT, 2018, p. 2).

Através da manipulação das intersubjetividades das comunidades, amparada na ordem racial global, as práticas neoliberais tem buscado, através dos discursos de agentes públicos e privados à luz da financeirização no contexto do Tech Boom 2.0, o controle das práticas sociais e espaciais que, deliberadamente, influenciam eleições, dissipam propagandas virais e o ódio em todo o mundo (NEW YORK TIMES, 2018, s.p.). Enquanto os salários desproporcionais de homens executivos brancos propagam um efeito cascata de gentrificação em São Francisco, as decisões e lógicas socioespaciais lá instauradas propulsam pelo mundo estratégias e mecanismos perversos com vistas à acumulação do capitalismo racial. A manipulação de sujeitos e grupos sociais, como ocorrido no Brasil, nos Estados Unidos e no Reino Unido por meio da disseminação de *fakenews*, de conteúdos falsos e fraudulentos, contornam o processo de operação do mercado financeiro que, como aponta Sassen (2016, p. 35) é mantido através da securitização, da globalização e do desenvolvimento de novas tecnologias de telecomunicação e de redes de computadores. O poder financeiro das empresas do Vale do Silício, superior a muitas nações do mundo, pode ser observado na tabela 1, que indica o valor de capitalização de mercado (*Market cap*) segundo projeção das Nasdaq, consultadas em 18 de novembro de 2018.

p. 649

Tabela 1 - Valores de capitalização do mercado de empresas do Vale do Silício, 2018.

Empresa	Market cap, em dólar norteamericano
Apple Inc.	918 bilhões
Google	738 bilhões
Facebook	400 bilhões
Intel	222 bilhões
Cisco Systems, Inc	209 bilhões
Oracle	193 bilhões
Netflix, Inc.	124 bilhões
NVIDIA	99 bilhões
Uber	72 bilhões
HP Inc. (Hewlett Packard)	38 bilhões
Symantec	14 bilhões

Fonte: Nasdaq, consulta realizada em 18 de novembro de 2018.

O poder financeiro proporcionado pelo capitalismo racial especulativo mostra a primazia das empresas de tecnologia do Tech Boom 2.0 de São Francisco. O recente

¹⁴⁷ Salário psicológico é um conceito de W.E.B. DuBois para interpretar o sentimento de superioridade de trabalhadores brancos mal-remunerados nos Estados Unidos. Para DuBois, a supremacia branca operou de maneira favorável à população branca através da instauração de uma lógica material e simbólica que proporciona o sentimento de superioridade e bem-estar a brancos, seja através do acesso às instituições, como aos melhores bairros, as melhores escolas e oportunidades de trabalho. O branco é construído como o belo, o melhor e o padrão. O negro é visto através de um véu, de maneira coletivizada e destituído de subjetividade.



escândalo divulgado pelo jornal New York Times (NEW YORK TIMES, 2018, s.p.) expôs como o *lobby* transnacional operado por algumas destas empresas em aliança com Wall Street é capaz de se sobrepor aos Estados-nação uma vez que, como recentes dados do Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 2018, s.p.) indicam, o produto interno bruto de alguns países como o Brasil (2,056 trilhões), o Reino Unido (2,622 trilhões), a Turquia (851,1 bilhões) são inferiores se somados os montantes de capitalização de mercado de algumas das companhias. A recente nomeação de um empresário ligado ao mercado financeiro e diretor de uma empresa de gerenciamento de dados e manipulação de mídias sociais na transição do governo do presidente eleito do Brasil pincela como o poder das transnacionais se desenrolará nessa nova fase que se inicia e que desafia as democracias através da Fraude 2.0.

CONCLUSÃO

Neste texto, buscamos refletir sobre como as dinâmicas urbano-regionais em Porto Alegre e em São Francisco são historicamente e continuamente forjadas a partir da ordem racial global que, amparada nas estratégias da supremacia branca, tem desempenhado ações de eliminação da população negra e de outras minorias. Neste sentido, a compreensão da forma e conteúdo das geografias destas localidades, ainda que resultantes de suas trajetórias, possuem na raça e na herança colonial pressupostos que ainda hoje regem a organização e (re)estruturação do espaço urbano e regional.

p. 650

Notamos que o epistemicídio, processo histórico de destruição dos saberes não considerados “científicos”, tem contribuído para a formação das desigualdades em tela, bem como fomentado as necropolíticas (Mbembe, p. 64, 2018) em escusas alianças entre os Estados-nação, os agentes públicos e privados locais/nacionais em obediência ao capital financeirizado transnacional, amplamente difundido a partir das tecnologias de comunicação, administradas e operadas no Vale do Silício. A recente revanche branca (*whitelash*) representada pela eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, da saída do Reino Unido da União Europeia e da eleição de Jair Bolsonaro no Brasil indicam que a manipulação da democracia através da Fraude 2.0 impõe desafios.

Parte desses desafios se desdobra no espaço da macropolítica e, outros, da micropolítica, mas indispensavelmente convocando a todas e todos para agir. Do pensar e fazer acadêmicos até a interação com nossas redes no cotidiano é preciso investir desejo e mobilização em uma cultura do pensamento que seja, ao mesmo tempo, crítica, transformadora e que amplie as lentes na compreensão das inequidades, a partir das intersecções de raça/etnia, classe social, gênero, orientação sexual e origem geográfica.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. Databank GDP. Disponível em: < <https://data.worldbank.org> >.

Acesso em 14 de novembro de 2018.

BEASLEY, D. L. Slavery in California. The Journal of the Negro History. Volume 3, n. 1, p. 33-44. 1918.

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R.

Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. In: Decolonialidade e pensamento



- afrodiaspórico. Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel (orgs.). Editora Autêntica. 2018.
- BONDS, A. Race and ethnicity I: property, race, and the carceral state. Progress in Human Geography. Volume XX(X), p. 1-10. 2018.
- CHRISTIAN, M. A. Global Critical Race and Racism framework: racial entanglements and deep and maleable whiteness. Sociology of Race and Ethnicity, 1-17. 2018.
- CLARNO, A. Neoliberal Apartheid: Palestine/Israel and South Africa after 1994. University of Chicago Press. 2017.
- CRUZ, V. C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. Geografia e Giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. 1ed. Rio de Janeiro: Letra capital. p. 15-36. 2017.
- DU BOIS, W. E. B. Black. Reconstruction in America, 1860–1880. New York: Free Press. p. 700–701. 1995.
- FIELD, L. W.; LEVENTHAL, A.; & CAMBRA, R. Mapping Erasure: The Power of Nominative Cartography in the Past and Present of the Muwekma Ohlones of the San Francisco Bay Area. Recognition, Sovereignty Struggles, and Indigenous Rights in the United States: A Sourcebook, 287-309. 2013.
- GAMALHO, N. P.; HEIDRICH, A. L. A produção do espaço e representações sociais no/do bairro Restinga - Porto Alegre/RS. Para Onde!? (UFRGS), v. 3, p. 61-75, 2008.
- HARVEY, D. New imperialism. Oxford: Oxford University Press. 288p. 2003.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Microdados do Censo Demográfico de 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em 10 de outubro de 2018.
- INWOOD, J. White supremacy, white counter-revolutionary politics, and the rise of Donald Trump. Environmental and Planning C: Politics and Space. 2018.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Desenvolvimento Humano para além das médias. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Fundação João Pinheiro. Brasília: DF. 2017.
- LENCIONI, S (2012) Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea. Confins (Paris). Número 14.
- MAHARAWAL, M. M. Black Lives Matter, gentrification and the security state in the San Francisco Bay Area. Antropological Theory, Volume 17, n. 3, p. 338-364. 2017.
- MALDONADO-TORRES, N. Analítica da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel (orgs.). Editora Autêntica. 2018.
- MBEMBE, A. Necropolítica. UFRJ: n-1edições. 80p. 2018.
- MCELROY, E. Postsocialism and the Tech Boom 2.0: Techno-utopics of racial/spatial dispossession. Social Identities, volume 24, n. 2, p. 206-221. 2017.
- MCKITTRICK, K. On plantations, prisons, and a black sense of place. Social & Cultural Geography. Vol. 12, n. 8, p. 947-963. 2011.
- MELAMED, J. Racial capitalism. Critical Ethnic Studies. Volume 1, n. 1, p. 76-85. 2015.
- NASDAQ. Nasdaq companies. Disponível em: <<https://www.nasdaq.com/screening/companies-by->

p. 651



industry.aspx?sortname=marketcap&sorttype=1&exchange=NASDAQ>. Acesso em 18 de novembro de 2018.

NEW YORK TIMES. Delay, deny and deflect: how Facebooks leaders fought trough crisis. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/11/14/technology/facebook-data-russia-election-racism.html?module=inline>>. Acesso em 15 de novembro de 2018.

PORTO, M. F. Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental. Editora da FIOCRUZ. 270p. 2012.

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. Novos Rumos. Volume 17, n. 37. 2002.

ROBINSON, C. J. Black Marxism: The Making of the Black Radical Tradition [1983]. 2nd Edition. The University of North Carolina Press. 476p. 2005.

ROSA, M. V. F. Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918). Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP: SP. 332p. 2014.

SANTOS, B. S. As democracias também morrem democraticamente. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2018/10/as-democracias-tambem-morrem-democraticamente-por-boaventura-de-sousa-santos/>>. Acesso em 10 de novembro de 2018.

p. 652

SASSEN S. Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global. Paz & Terra. 336p. 2016.

STROHAECKER, T. M. . Atuação do público e do privado na estruturação do mercado de terras de Porto Alegre (1890-1950).. Scripta Nova (Barcelona), Barcelona, v. IX, n.194, p. 194-199, 2005.

WALKER, R. Industry builds the city: the suburbanization of manufacturing in the San Francisco Bay Area, 1850-1940. Journal of Historical Geography, volume 27, n. 1, p. 36-57. 2001.

WHITEHEAD, M.; JONES, R.; LILLEY, R.; HOWELL, R.; PYKETT, J. Neuroliberalism: Cognition, contexto, and the geographical bounding of rationality. Progress in Human Geography. p. 1-18. 2018.